

Técnicos estudam as mudanças no pacote

BRASÍLIA — A área econômica do governo passou a manhã de ontem discutindo o impacto do Programa de Emergência no Orçamento Geral da União para o próximo ano, que deve ser remetido ao Congresso Nacional até o fim do mês. "A Receita está estimando o ganho de arrecadação com as medidas", informa um técnico que acompanhou a reunião realizada no Ministério do Planejamento, com a participação de funcionários da Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda, Secretaria de Orçamentos e Finanças e das Empresas Estatais e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na reunião eles repassaram os anteprojetos de leis que voltariam a ser discutidos pelos secretários-gerais do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, e da Secretaria de Planejamento, Ricardo Santiago, com o assessor da Presidência da República, Mauricio Vasconcelos, à tarde, no Palácio do Planalto. Os projetos para venda de imóveis funcionais, extinção de cargos e privatização das empresas estatais sofreram modificações técnicas antes de serem enviados ao Gabinete Civil da Presidência da República.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conseguiu, por exemplo, retirar duas empresas da lista das 14 relacionadas anteriormente para integrar o projeto de lei do presidente Sarney. Com o argumento de que o processo de privatização já está adiantado, o BNDES conseguiu o aval do governo federal para excluir da lista a Usiba (Usina Siderúrgica da Bahia) e a Mafersa Sociedade Anônima que, segundo informações extra-oficiais, poderia crescer para até duas dezenas. O BNDES, com sua experiência na venda de 223 lotes urbanos em Brasília, poderá organizar o leilão de venda do 40 imóveis funcionais e 102 projeções na capital da República.

Da lista original de 14 empresas estatais privatizáveis permanecem a Acesita Energética, a Acesita, a Aços Finos Piratini, a Usinas Nacionais, a Usiminas, a Alcanorte, a Companhia Nacional de Alcalis, a Copesul, a Petroquímica União, a Franave, a Usimec e a Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

As pressões contra o Imposto sobre Grandes Fortunas, que constava do projeto original enviado pela Receita Federal ao Gabinete Civil, tiveram neste fim de semana um novo round. Um grupo anônimo pagou a publicação de um anúncio nos principais jornais do país, sugerindo que haveria aumento da fuga de capitais caso o imposto fosse aprovado. Os anunciantes, tentado usar um estilo bem humorado, agradeciam em nome de uma suposta Associação de Bancos e Financeiras da Suíça, o apoio dado aos seus negócios com a aprovação do novo imposto. A crítica não se justifica. Desde o começo o ministro Mailson da Nóbrega anunciou que este imposto teria uma alíquota baixa. O economista Adroaldo Moura da Silva acha que com uma alíquota baixa este imposto é bem razoável. "A importância de se taxar as grandes riquezas no Brasil não é fiscal, é ética", argumenta o economista.